

A teoria do agir comunicativo e a reconstrução habermasiana do materialismo histórico: uma análise do reconstitutivismo como teoria social

Debate ou discussão em teoria social

GT 31 – Teoria Social Contemporânea

André de Oliveira Gerônimo

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá [UEM] e mestrando do programa de pós-graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo [UNIFESP].

Resumo

Este artigo objetiva discutir a teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas enquanto proposta de superação das insuficiências que o materialismo histórico apresentaria na reconstrução da teoria social contemporânea. Para tal, mobilizamos um estudo crítico das principais categorias apropriadas pelo autor na sistematização reconstitutiva da história e da razão moderna enquanto perspectivas de análise social, contemplando o conseqüente deslocamento conceitual levado adiante por Habermas em torno dos elementos mediativos da sociabilidade capitalista - como o trabalho, a linguagem e a interação intersubjetiva na elucidação das relações de classe presentes na realidade social - e o enfrentamento da relativização linguística que teria sido responsável pelo esvaziamento político da hermenêutica e dos esforços interpretativos engendrados no seio do materialismo histórico.

Palavras-chave: Teoria do Agir Comunicativo; Reconstitutivismo; Materialismo Histórico.

Reconhecidamente um dos grandes filósofos e sociólogos contemporâneos, Jürgen Habermas nos apresenta uma ampla produção bibliográfica para a compreensão da contemporaneidade. Dedicando-se a uma produtiva trajetória acadêmica e a uma constante participação nas instâncias da vida pública, é possível identificar em suas diferentes abordagens temas como a participação política, a crítica do poder, a esfera pública, o paradigma comunicativo, a ética discursiva, a linguagem, a teoria do conhecimento, a filosofia política e a filosofia do direito, entre outros eixos característicos de sua extensa atuação.

A partir desta ampla produtividade, buscando pontos de orientação para a compreensão de algumas de suas principais publicações em consonância com sua trajetória e suas preocupações analíticas - algumas das quais retomaremos de modo central ao longo dos tópicos desenvolvidos mais adiante -, podemos mapear, de modo conciso e de acordo com as perspectivas assumidas em determinadas investigações, a obra de Habermas em seis distintas periodizações:

1. Entre 1954 e 1961, passando por sua aproximação com os estudos desenvolvidos pela Escola de Frankfurt, como esboçado anteriormente, quando Habermas desempenha breves atuações como jornalista e publica alguns artigos com preocupações filosóficas e esboços sociológicos, além de experimentar pesquisas sobre grupos estudantis e participação política, publicando *Student und Politik* em 1961;
2. Após 1961 e pelo menos até 1973, já tendo desenvolvido maior familiaridade com o marxismo de Lukács e de Löwith, além da teoria crítica de Adorno e de Horkheimer, torna-se também próximo de Alexander e Margarete Mitscherlich, reconhecidos estudiosos da psicanálise e

ativos intelectuais da crescente tendência freudo-marxista da década, além de Herbert Marcuse, importante expoente intermediário nesta relação. Também neste período, com claras influências de suas leituras das obras de Hans-Georg Gadamer e Ludwig Wittgenstein, assim como de Charles Peirce, John Dewey e George Mead, por indicação de Kalr-Otto Apel, inicia seus escritos sobre questões de poder e ideologia, bem como sobre a propagação de ideias, conhecimentos e interesses, além da busca por uma definição de emancipação política e sua manifestação na práxis social. Expressões deste período se dão principalmente por *Conhecimento e interesse*¹; *Técnica e ciência como “ideologia”*² e *A crise de legitimação no capitalismo tardio*³;

3. Da segunda metade dos anos 1970 a meados de 1980, aprofundando sua análise dos pontos anteriormente explicitados, trava contato com os elementos teóricos da conhecida ‘virada linguística’ da filosofia. Pautando-se primariamente pela teoria dos atos discursivos de John Austin, Habermas sistematiza em seu plano intelectual o paradigma comunicativo contendo em seu núcleo a linguagem e tecendo assim o que viriam a ser os principais pilares de estruturação de sua sociologia crítica nas obras *Para a reconstrução do materialismo histórico*⁴; *Teoria do agir comunicativo*⁵; *Consciência moral e agir comunicativo*⁶ e *O discurso filosófico da modernidade*⁷;
4. Entre 1990 e 2000, aprofundando sua abordagem na temática política, Habermas se dedica à análise institucional da cidadania moderna, esboçando suas preocupações com o direito, os aspectos normativos das leis, a subjetivação das fronteiras nacionais e as múltiplas relações das esferas como a economia, a religião, a participação política e a justiça social na efetivação das democracias contemporâneas. Encontrando maior referência a este período está a obra *Direito e democracia*⁸;
5. Em um segundo momento, também entre o período de 1990 e 2000, retornando à filosofia do conhecimento no que pontuamos ser o seu segundo período, o autor renova muitas de suas concepções, revendo alguns de seus escritos anteriores na análise da relativização discursiva no ambiente filosófico e político, voltando assim grande parte de sua atenção para a participação civil na manutenção das vias democráticas do poder. Neste momento, se destaca a publicação *Verdade e justificação*⁹;
6. Nesta fase mais recente, desde o início dos anos 2000, o filósofo e sociólogo alemão se dedicou com maior atenção à esfera pública, manifestando-se ativamente na imprensa internacional, recuperando e compilando suas conferências e intervenções em publicações de múltiplos volumes, intitulados *Die Neue Unübersichtlichkeit*¹⁰.

Este sintético mapeamento não deve de modo algum ser interpretado como uma tentativa de redução da obra de Habermas a um projeto absoluto, mas pelo contrário, como um reconhecimento da riqueza de suas abordagens sempre capazes de compreender uma complexa dinâmica que reúne ao mesmo tempo aspectos filosóficos, questões contemporâneas da esfera pública e um trabalho altamente elaborado na revisão de diversas linhas teóricas para a concepção de novas interpretações críticas. O que visamos delimitar por meio desta reconstituição, além da consonância já apontada entre a trajetória intelectual do autor e seus principais eixos de análise, é o claro desenvolvimento de um projeto que, por mais que tenha se deslocado através de diferentes interpretações, nunca deixou de ser dirigido por uma preocupação analítica firmemente estruturada sobre a reconstrução das ciências sociais, sobretudo na continuidade das perspectivas assumidas pela teoria crítica e de uma tentativa sempre presente de resgatar no materialismo histórico algumas das categorias necessárias à compreensão da filosofia dialética, da constituição do valor na sociabilidade do capital e da teoria da luta de classes na apreensão das contradições manifestas sob a dinâmica social capitalista.

É importante ressaltar também que esta percepção de continuidade do reconstrutivismo ao longo das diferentes perspectivas assumidas por Habermas não é apenas fruto de uma consideração externa,

feita a partir de uma leitura exegética de suas pesquisas, mas de uma inclinação permanente assumida pelo próprio autor enquanto realização objetiva de sua postura crítica pela ação comunicativa, ou seja, de projeção da razão comunicativa enquanto teoria de reconstrução da sociedade sobre a crítica da contemporaneidade e o processo de constituição de um diagnóstico de tempo (Habermas, 1997a, p.21).

Este projeto reconstrutivo, levado a cabo por Habermas desde pelo menos o fim da década de 1960 e, como já esboçado anteriormente, encontrado primeiramente nas obras *Conhecimento e interesse e Técnica e ciência como “ideologia”* para depois ser sistematizado de maneira mais elaborada, entre 1970 e meados de 1980, nas obras *Para a reconstrução do materialismo histórico; Teoria do agir comunicativo; Consciência moral e agir comunicativo e O discurso filosófico da modernidade*, constitui uma série de contribuições que até hoje se demonstra com incrível originalidade frente aos esforços de diversos estudiosos na análise metodológica de possíveis abordagens e na produção de diferentes diagnósticos de tempo. Esta originalidade, se por um lado é fruto de uma privilegiada mobilidade de seu autor entre diferentes círculos filosóficos e sociológicos, por outro, como demonstra Alexandre Dupeyrix, reafirma a necessidade de se voltar às discussões de elementos epistemológicos e normativos até então já tidos como tradicionais pela filosofia humanista e pela teoria crítica, tais como, mas não só:

- a) O ser humano: o projeto reconstrutivo de Habermas se desenvolve inquestionavelmente sobre uma consideração acerca do ser humano, mas com uma particularidade que não deve ser ignorada em uma comparação simplista ao humanismo filosófico. O ser humano como compreendido pelo autor se daria pelo ser dotado de linguagem, de uma capacidade comunicativa que traria consigo implicações centrais para a apreensão das mediações entre o que é próprio do humano, o que é próprio da natureza e o que se constituiria a partir desta relação. Nas bases de fundamentação desta perspectiva, como já colocado, é imprescindível o reconhecimento das influências que a filosofia linguística e a estética comunicativa germânica - tal como a desenvolvida por Wilhelm Humboldt, Ernst Cassirer e Wittgenstein -, e o pragmatismo da sociologia norte-americana - exposto principalmente pela teoria semiótica de Charles Peirce, a psicologia da individualização de Mead, o funcionalismo estrutural de Talcott Parsons e ainda a filosofia britânica sobre a performática discursiva de Austin -, exerceram sobre esta acepção antropológica no que viria a constituir a teoria do agir comunicativo.
- b) A história: O ser humano comunicativo não se apresenta para Habermas como uma abstração universal da condição humana, mas como um ser contextualizado em um quadro histórico fundado sobre uma modernidade cultural. Esta modernidade cultural, enquanto compreensão histórica da realidade social, presumiria normativamente que as condições dadas para o desenvolvimento da sociabilidade humana estariam calcadas em uma relação passível de consentimento, carregada de preocupações morais e de uma ética discursiva, que por sua vez, seriam a síntese resultante dos processos de racionalização desencadeados pela constituição hegemônica do capitalismo nas sociedades modernas.
- c) A sociedade: longe de tentar universalizar suas teorias, como é possível constatar já na explicitação dos dois elementos anteriores, o entendimento dialético empreendido por Habermas sobre as concepções do ser humano e de sua relação histórica com o espaço social apontaria, não para algo posterior a esta mesma relação, mas para a compreensão de uma partícula sempre imanente do que seria a realidade social enquanto plano analítico. Assim, dentro de uma perspectiva sempre historicizada, a sociedade assumida pelo autor se daria pelo conjunto de relações que seriam tanto determinadas pela história social quando determinariam os processos geracionais de socialização dos seres humanos.

Além destes, para a compreensão da normatividade adotada por Habermas, Dupeyrix aponta ainda outros dois elementos, a saber - a cidadania e o pluralismo - mais explícitos nas obras

desenvolvidas por Habermas a partir dos anos 1990 e que se debruçariam majoritariamente sobre as questões presentes no espaço público, nas discussões do papel do direito nas democracias modernas e ainda sobre as diversas problematizações sobre questões identitárias, étnicas, religiosas e de ordem geopolítica, tal como a relação entre Estado e sociedade civil, os paradigmas representativos adotados pelas instituições políticas e seus diferentes significados no uso público da razão (Dupeyrix, 2012, p.34-36).

Assim, concebemos que o plano desenvolvido por Habermas em sua historiografia, presente não apenas na sequencialidade de desenvolvimento das obras apontadas anteriormente como pilares de sustentação de seu projeto de reconstrução do materialismo histórico, mas também em sua contínua preocupação em sistematizar um modelo de teoria da comunicação, delimitaria - por meio da implícita revisão de algumas categorias que, de formas específicas, ainda se apresentam de modo estimulante para análise sociológica, tanto quanto para a compreensão materialista histórica da realidade social -, contribuições fundamentais para o entendimento do estado em que se apresentam contemporaneamente a teoria crítica e a teoria social.

No entanto, quando propomos a análise destas contribuições, é imprescindível que não deixemos também de definir a qual teoria crítica e a qual teoria social nos referimos na contemporaneidade. Primeiramente, sobre a teoria crítica, que analisamos aqui somente enquanto plano de fundo do contexto teórico ao qual Habermas se filia, consideramos que esta, tal como pontua Bárbara Freitag em *Teoria crítica ontem e hoje*, não se evidencia unicamente por sua capacidade de preservação de uma “escola do pensamento”, mas como uma corrente sempre capaz de se renovar e de se reformular pela autocrítica (Freitag, 1990, p.105). O reconstrutivismo habermasiano, neste sentido, seria mais uma forma de expressão desta capacidade, movendo por meio da teoria crítica um esforço conjunto de produzir um diagnóstico de tempo e de elucidar, sob a crítica das teorias consideradas como tradicionais, as potencialidades emancipatórias presentes na realidade social analisada. Em continuidade a este posicionamento, como apontam Marcos Nobre e Luiz Repa em *Habermas e a reconstrução*, estaria também a disposição analítica da teoria crítica em localizar na sociabilidade capitalista os fundamentos responsáveis pela produção de formas de pensamento e de ação diretamente ligadas às possibilidades de emancipação humana e política. E, nas palavras destes, o projeto reconstrutivo poderia ser caracterizado

[...] por uma tentativa de desvendar na reprodução da sociedade toda os elementos de uma racionalidade existente, mas cujos potenciais de pleno desenvolvimento ainda não foram suficientemente explorados. [...]. Em outras palavras, o projeto reconstrutivo pretende apresentar as regras, as estruturas, os critérios de avaliação e os processos sociais em que objetos simbólicos surgem e ganham sentido social (Nobre & Repa, 2012, p.8).

A exploração destes potenciais de pleno desenvolvimento racional, como ainda apontam os autores, em conjunto com a desmistificação dos processos simbólicos de dominação e reprodução social, seriam justamente responsáveis pela produção de formas de comportamento rumo à emancipação crítica, constituindo assim o núcleo normativo da razão e da ação comunicativa de Habermas. O desdobramento deste núcleo, no entanto, apresenta também uma dupla compreensão do projeto intelectual elaborado pelo autor: a primeira divisão se daria pela compreensão de que o agir comunicativo, enquanto síntese teórica do reconstrutivismo, não seria só uma forma singular de ação no sentido comportamental, mas também uma consideração de que a racionalidade comunicativa presente em sua fundamentação se apresentaria como somente *mais uma* forma de expressão entre tantas outras contidas no processo de racionalização social da história¹¹.

Em continuidade, a segunda divisão se daria justamente pela historicidade presente na constituição da ação comunicativa. Se, por um lado, o projeto intelectual de Habermas acaba por assumir uma normatividade jurídica em seus escritos posteriores, por outro, não deixa de tributar suas

raízes metodológicas ao materialismo histórico. Os horizontes emancipatórios, tais como os objetivados pela racionalidade comunicativa, de forma alguma poderiam ser contemplados se esta mesma racionalidade se apresentasse puramente de uma maneira construtiva, ou seja, se esta fosse forjada à luz da redução de uma certa tradição kantiana pela idealização de uma razão anterior à própria história. Deste modo, antes mesmo de desenvolver seu plano até a discussão normativa da democracia, Habermas não deixa de situar a teoria da ação comunicativa dentro da própria teoria reconstrutiva, compreendendo, a partir da realidade social, os apontamentos que possibilitariam a crítica da razão reificada, tida aqui como teoria tradicional, para a elaboração de um diagnóstico crítico que permitisse o vislumbre da teoria crítica em seu sentido emancipatório.

Já sobre a relação do projeto habermasiano de reconstrução do materialismo histórico e seus reforços para a teoria social, consideramos que suas possíveis contribuições não se dão somente pelas interpretações desenvolvidas a partir da apropriação de Habermas de diversas categorias da teoria marxista na fundamentação de suas perspectivas analíticas na sistematização da teoria do agir comunicativo, mas também pelo próprio significado atribuído pelo projeto reconstrutivo à teoria social, o qual, segundo o autor, se daria no âmbito em que

[...] uma teoria é desmontada e recomposta de modo novo, a fim de melhor atingir a meta que ela própria se fixou: esse é o modo normal (quero dizer: normal também para os marxistas) de se comportar diante de uma teoria que, sob diversos aspectos, carece de revisão, mas cujo potencial de estímulo não chegou ainda a se esgotar (Habermas, 1983, p.11).

Logo de início, a indagação fundamental para compreendermos a leitura que Habermas dispensa à teoria social seria: qual meta teria o materialismo histórico fixado a si mesmo? O referencial teórico marxista para a interpretação do materialismo histórico a que o autor particularmente se dirige também é um tanto obscuro e, para sua compreensão, a contextualização do cenário intelectual em que Habermas escreve nos anos 1970 se faz necessária, mas esta é uma investigação que requer uma análise mais profunda e compreensiva do que a proposta neste texto. No entanto, algumas breves considerações são possíveis se nos inclinarmos do mesmo modo para compreendermos qual o entendimento de materialismo histórico é dispensado pelo autor em *Para a reconstrução do materialismo histórico*.

Justificando as apropriações categóricas das quais é tributário, Habermas vincula sua teoria da comunicação à teoria da evolução social, relacionando assim o que antes concebia como um modelo destinado a “resolver problemas de natureza sobretudo filosófica” a um arsenal metodológico próprio das ciências sociais capaz de transpor, por meio da compreensão materialista da história, o agir comunicativo para além da análise das abstrações da razão. Em outras palavras, ao vincular o agir comunicativo à teoria da evolução social, Habermas não só daria continuidade aos pressupostos emancipatórios da teoria crítica, como também constituiria a razão comunicativa a partir da própria história, justificando assim seu projeto enquanto análise e expressão da realidade social na superação da apreensão filosófica da normatividade necessária à sua argumentação.

Esta normatividade, no entanto, demonstra sua fundamentação em bases imensamente contraditórias quando confrontada com o materialismo histórico presente na obra de Marx e Engels e, na tentativa de conciliar o humanismo emancipatório da teoria crítica a sua teoria da racionalidade comunicativa, Habermas nos apresenta também três propostas de reconsideração das categorias marxianas para o desenvolvimento de seu projeto reconstrutivo: a) a de se estabelecer os “conceitos básicos” objetivados no agir comunicativo; b) a de reconhecer as influências das estruturas normativas de justificação, a fim de se ter clareza da possível idealização de suas próprias postulações; e c) o caráter contributivo que a teoria da comunicação teria em relação ao materialismo histórico renovado, incluindo aí o papel nuclear da interação e da natureza na reprodução da sociedade e na socialização de seus membros (Habermas, 1983, p.12-13).

Além destas três possíveis reconsiderações no seio da teoria marxiana, há também, de forma indireta, pela implicação que a normatividade comunicativa impõe ao materialismo histórico enquanto método epistemológico da economia política na análise da produção e da reprodução da sociedade, a explicitação de categorias que já não mais se sustentariam frente à própria ação comunicativa como condição emancipatória. Assim sendo, podemos destacar entre as inconsistências desta relação entre o projeto reconstrutivo e a teoria social, a necessidade de verificarmos como se dá o encontro das proposições de Habermas com pelo menos mais três elementos que devem ser analisados nesta mesma reconsideração das bases que compõem a perspectiva da teoria social marxiana, ou seja, devemos ainda analisar como Habermas empreende suas considerações sobre: 1. a revisão dos elementos constituintes da crítica da economia política, isto é, do desenvolvimento das forças produtivas; 2. a revisão dos pressupostos que definem a constituição da superestrutura enquanto perspectiva de análise social; e, por fim, 3. a própria conceituação de superestrutura.

Esclarecendo esta constatação, acerca da primeira necessidade de verificação apresentada, Habermas argumenta que a compreensão da racionalização, componente do método de abordagem utilizado não só por Marx na fundamentação da economia política, mas também adotado por Max Weber, Horkheimer e Adorno no estabelecimento normativo de uma justificação filosófica do que é social, é também insuficiente para a apreensão de todos os aspectos presentes na definição das forças produtivas como objeto de análise (Habermas, 2012a, p.266-268).

A apreensão deste *todo* para Marx, no entanto, não se dá idealizadamente como concebe Habermas, mas primeiramente pela concepção material da história, ou seja, pela categorização das relações que poderiam ser tomadas como parte da composição desta pretensa totalidade, como podemos ver a seguir:

Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade [...] (Marx & Engels, 2007, p.42-43).

Acerca da segunda necessidade apresentada, Habermas afirma que, para além da perspectiva adotada por Marx em sua apropriação crítica do materialismo feuerbachiano, o gênero humano se conservaria através do trabalho e da interação, atribuindo aspectos evolutivos até então não considerados no desenvolvimento histórico das forças produtivas. Sendo assim, esta dupla composição justificaria novas proposições normativas para a teoria da comunicação (Habermas, 1983, p.12-13).

Novamente, ilustrando o reducionismo que Habermas atribui à Marx, é clara a amplitude da compreensão que este último dispensa à categorização da totalidade enquanto perspectiva de análise social, contemplando elementos da sociabilidade para muito além do trabalho como mero instrumento de transformação da natureza:

No próprio ato da reprodução não se alteram apenas as condições objetivas, por exemplo, a vila se torna cidade, o agreste, campo desmatado etc., mas os produtores se modificam, extraindo de si mesmos novas qualidades, desenvolvendo a si mesmos por meio da produção, se remodelando, formando novas forças e novas concepções, novos meios de comunicação, novas necessidades e nova linguagem. (Marx, 2011, p.405)

Nesta concepção, os argumentos de Marx não se sustentam apenas sobre a sociabilidade capitalista decorrente da evolução social em sua forma objetivada através da produção material, mas

também sobre a compreensão da linguagem e de tantas outras instâncias interacionais, tal como a posse e as relações daí consequentes, como elementos inerentes à organização dos modos de produção, sobretudo o capitalista, quando afirma que:

A linguagem como produto de um indivíduo singular é um absurdo. Mas o mesmo vale para a propriedade. A própria linguagem é o produto de uma comunidade, do mesmo modo que, de outra perspectiva, ela própria é a existência da comunidade e a existência evidente dela mesma (Marx, 2011, p.402).

Em decorrência desta argumentação, considerando que as transformações materiais das forças produtivas também carregam em si aspectos desta dupla composição, a terceira necessidade apontada para verificação se sustentaria para Habermas pela constatação de que:

[...] na dimensão da convicção moral, do saber prático, do agir comunicativo e da regulamentação consensual dos conflitos de ação, têm lugar processos de aprendizagem que se traduzem em formas cada vez mais maduras de integração social¹², em novas *relações de produção*, que são as únicas a tornar possível, por sua vez, o emprego de novas forças produtivas (Habermas, 1983, p.13-14).

Sobre esta dimensão, Habermas ainda indica que:

[...] a cultura permanece um fenômeno superestrutural, embora na passagem para novos níveis de desenvolvimento ela pareça ter um papel mais preeminente do que o supuseram até agora muitos marxistas (Habermas, 1983, p.14).

Em contraponto, se nos voltarmos mais uma vez para Marx, podemos encontrar as bases teóricas sobre as quais Habermas baliza suas críticas, que se demonstram, de modo sucinto, amplamente persistentes na definição de materialismo histórico da qual se propõe a reconstrução. Primeiramente, para a economia política, as forças produtivas se conceituariam pela constatação de que:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (Marx, 2008, p.47).

Pela explicitação das conclusões de Marx, os pressupostos conscientes da normatividade presente da análise da economia burguesa, sem as quais não se pontuaria a mercadoria, o dinheiro ou a circulação simples e o capital em geral, incluindo também a propriedade e o trabalho assalariado em sua relação com o Estado, o comércio exterior e o mercado mundial¹³, demonstram de forma clara a apreensão dos múltiplos elementos que definem as forças produtivas; e, colocando à prova a crítica de Habermas, esta mesma apreensão também se mostra capaz de compreender as transformações decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas, mesmo nos fenômenos que se demonstrariam independentes à vontade humana.

Desnecessário, mas conveniente pontuar que, nesta mesma conclusão de Marx, há também sínteses que não só afirmam a constituição da superestrutura enquanto perspectiva de análise social, mas também a conceituam como sendo a categoria fundante de tudo o que é social, tanto a reprodução

da sociedade quanto a socialização dos indivíduos nela presente, seja pelo condicionamento da vida social pela reprodução geracional dos seres humanos, quanto pela determinação da consciência pelo ser social - ou seja -, da constituição do indivíduo enquanto ser social e não, como Habermas aponta na apropriação da teoria histórico-materialista pela leitura de Ulrich Oevermann¹⁴, da constituição do indivíduo como uma categoria idealista anterior à sociedade ou mesmo desvinculada dela, como uma idealização apartada do social.

Mesmo por uma recuperação dos escritos de Marx, as críticas de Habermas não se invalidam por uma análise tão simples quanto a mera comparação das referências acima colocadas. Habermas, constituindo uma ampla e contínua sequência de publicações, ainda reúne em suas justificativas fundamentos de Georg W. F. Hegel, Heidegger, Michel Foucault, Lukács e de Adorno e Horkheimer, além de outros autores, na elaboração de um novo diagnóstico de tempo da modernidade, constituindo também sua base de argumentação para uma nova normatividade – a da autocertificação da modernidade enquanto elemento consciente¹⁵ - no reconhecimento da racionalidade e sua dupla categorização no diagnóstico analítica da realidade social.

Esta dualidade da racionalização, incidente também sobre a releitura das categorias de apreensão dos fenômenos sociais, para Habermas, se apresentaria de duas formas: de um lado, pela racionalização das visões de mundo - expressa pelo desencantamento das vertentes da teologia e da metafísica -, e de outro pela racionalização societal - que justificaria a gênese do capitalismo, o mercado como instituição econômica, o Estado moderno e a instauração do direito formal. Fundamentando o que seria então a superação desta dualidade pela revisão das tentativas de atualização dos axiomas weberianos (Habermas, 2012b, p.548-597), Habermas apropria-se, no *Discurso filosófico da modernidade*, respectivamente de: o conceito de modernidade hegeliano¹⁶, a crítica da dialética do esclarecimento de Adorno e Horkheimer¹⁷, a discussão entre racionalismo e metafísica de Heidegger¹⁸, e por fim, mas não somente, a teoria da consciência de classe de Lukács e sua contra-argumentação à crítica da razão foucaultiana¹⁹, sintetizando, a partir de sua análise, dois pilares fundamentais de suas categorias analíticas: o “mundo da vida” e o “sistema”.

Aqui, nos voltamos por mais uma vez para o que apontamos anteriormente como a necessidade de uma análise mais profunda do significado que a reconstrução do materialismo histórico assume no plano intelectual de Habermas. A categorização do mundo da vida e do sistema, seguindo a historicização filosófica empreendida por Habermas, não se apresenta como conceituação meramente abstrata da realidade, como já vimos em outras passagens de sua sistematização teórica. Antes disso, estas duas categorias fundamentais ao desenvolvimento da teoria da ação comunicativa se fundamentariam imanentemente à análise do capitalismo sob uma forma de compreensão específica durante os anos 1970 e, em conjunto com esta especificidade, em confronto a um alegado reconhecimento da insuficiência das teorias marxistas em se sustentar frente ao esvaziamento de suas categorias fundamentais, como a centralidade do trabalho, a compreensão da dinâmica social pelo conflito dos interesses classistas e, principalmente, pela insuficiência da teoria do valor em pautar a conflagração das crises econômicas expressas de modo fenomênico na crise dos modelos tayloristas e fordistas de produção.

De fato, o fim da década de 1960 e o início dos anos 1970 representaram grandes impactos para as economias de todo o mundo por uma diversidade de fatores que não só os expressos superficialmente pela crise dos modelos tayloristas e fordistas de produção. E a atribuição de crise ao funcionamento do capitalismo, como bem apreendido por Habermas, expressa em si uma normatividade que também deve ser analisada mais detidamente se pretende-se compreender as próprias bases de interpretação do contexto histórico. Como demonstra o autor nas páginas iniciais de *A crise de legitimação no capitalismo tardio*, a crise como conceito interpretativo e caracterização estética da tragédia

[..] tem também uma contrapartida no conceito de crise encontrado na idéia de história enquanto salvação. Esta margem de pensamento entrou nas teorias evolucionistas sociais do século XIX através da filosofia da história do século XVIII. Pois Marx desenvolveu, pela primeira vez, um conceito científico-social de crises sistêmicas; é diante destes antecedentes que falamos hoje de crises sociais ou econômicas (Habermas, 1980, p.12).

Se, por um lado, podemos observar o reconhecimento histórico que o autor atribui à teoria social marxista, por outro, também podemos pautar seu distanciamento objetivo de apreensões analíticas que se pautem pela crítica da filosofia das ideias. Exercendo assim a influência que o contato com a literatura pragmatista da teoria dos sistemas resultaria em suas sínteses, Habermas também pontua sua perspectiva crítica da realidade social sobre o significado conceitual das crises históricas, mas agora tratando diretamente do contexto histórico entre 1960 e 1970:

Quando, por exemplo, mencionamos a grande crise econômica do início da década de 1930, os tons marxistas são indisfarçáveis. Mas eu não quero acrescentar à história da dogmática marxista uma outra elucidação da sua teoria das crises. Meu objetivo é mais introduzir sistematicamente um conceito científico-social útil sobre as crises (Habermas, 1980, p.12-13).

Propondo então uma nova compreensão teórica para a contemporaneidade, esta passagem conclui por elucidar um posicionamento teórico de extrema relevância para analisarmos as possíveis contribuições do projeto reconstrutivo habermasiano na constituição da teoria social contemporânea. É a partir desta tomada de posição que o autor dá início à elaboração interrelacionada de categorias como o mundo da vida, o sistema e a análise das consequências da racionalização, em suas múltiplas manifestações, para a crítica da realidade social.

Notas

¹ *Erkenntnis und interesse*, de 1968.

² *Technik und Wissenschaft als "ideologie"*, também de 1968.

³ *Legitimationsprobleme im spaetkapitalismus*, de 1973.

⁴ *Zur rekonstruktion des historischen Materialismus*, de 1975.

⁵ *Theorie des kommunikativen handelns*, de 1981.

⁶ *Moralbewußtsein und kommunikatives handeln*, de 1983.

⁷ *Der philosophische diskurs der moderne*, de 1985.

⁸ *Faktizität und geltung*, de 1992.

⁹ *Wahrheit und rechtfertigung*, de 1999.

¹⁰ Os volumes de *Die Neue Unübersichtlichkeit* se encontram em publicação desde 1985, mas reúnem textos publicados originalmente desde 1950. As publicações ganharam destaque a partir dos anos 2000, ultrapassando sua primeira dezena de compilações ainda em 2008.

¹¹ Tal como proposto por Habermas em *Teoria do agir comunicativo*, quando delimita, logo em seu subtítulo, a discussão do par teórico "racionalidade da ação e racionalização social", a racionalidade presente no agir comunicativo não deve ser entendida como um fundamentalismo filosófico que dita a razão a partir de uma idealização para depois ser colocada sobre a compreensão histórica da realidade social. Assim, Habermas justifica que "*Se já não tivéssemos diante de nós, ainda que de maneira fragmentária e deturpada, as formas existentes de uma razão que depende da corporificação simbólica e da assunção de uma posição histórica, não poderíamos nos assegurar da estrutura interna racional do agir que se orienta pelo entendimento*" (Habermas, 2012a, p.12). Em outras palavras, o que Habermas argumenta nesta passagem é que a razão comunicativa não parte da idealização de uma razão em específico, como poderíamos pressupor a partir de vestígios da tradição racionalista, mas da análise crítica de uma razão histórica, ou seja, aquela fragmentária e deturpada tal como a apresentada na realidade social por suas formas reificadas de manifestação.

¹² O uso da expressão "sob formas mais maduras de integração social" implica muitas interpretações. Entre elas, destacamos a possível concepção democrática de sanção e execução jurídica por parte do Estado na estabilização de conflitos políticos presente em *Direito e democracia: entre facticidade e validade* (Habermas, 1997a, p.170-190), que pode ser diretamente relacionada à negação da existência ou pelo menos à tentativa de arrefecimento dos conflitos presentes na luta de classes, principalmente àqueles colocados no *Manifesto do Partido Comunista* por Marx e Engels. (Grifo nosso)

¹³ Elementos sublinhados por Marx como objetos de um exame do sistema da economia burguesa. (Marx, 2008, p.45). Temos que considerar que, se este mapeamento parece simplista em uma primeira comparação aos abordados em *O Capital*, de 1867, é porque a própria *Contribuição à crítica da economia política* se deu 8 anos antes, em 1859, fruto de uma sistematização mais elaborada dos esforços impressos nos três manuscritos econômicos desenvolvidos entre 1857 e 1858 e posteriormente reunidos nos *Grundrisse*, em 1859.

¹⁴ Trata-se da revisão dos programas de pesquisa desenvolvidos principalmente por Sigmund Freud, George Herbert Mead, Jean Piaget e Noam Chomsky, tratados por U. Oevermann em *Zur theorie der individuelle bildungsprozess*, manuscrito do Max Planck Institut für Bildungsforschung publicado em Berlim em 1974 (Habermas, 1983, p.12).

¹⁵ Habermas, 2000, p.3-5

¹⁶ Idem, op. cit., p.35-63

¹⁷ Idem, op. cit., p.153-186

¹⁸ Idem, op. cit., p.187-225

¹⁹ Idem, op. cit., p.393-453

Referências Bibliográficas

- Dupeyrix, A. (2012). *Compreender Habermas*. São Paulo: Loyola.
- Freitag, B. (1990). *Teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense.
- Habermas, J. (1980). *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (1983). *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense.
- Habermas, J. (1997a). *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Vol. I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (1997b). *Modernity: an unfinished project*. In: D'ENTREVES, Maurizio P.; BENHABIB, Seyla. *Habermas and the unfinished project of modernity: critical essays on the philosophical discourse of modernity*. Cambridge: MIT Press.
- Habermas, J. (2000). *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Habermas, J. (2012). *Teoria do agir comunicativo. Racionalidade da ação e racionalização social*. São Paulo: WMF.
- Habermas, J. (2013). *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Marx, K. (2008). *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, K. (2011). *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. & Engels, F. (2007) *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.
- Nobre, M. & Repa, L. (2012). *Habermas e a reconstrução*. Campinas: Papirus.